

Relatório nº 02/2025

Processo: Chamada Pública nº 2025.05.14.01 – SME

Interessado: FNDE e Outros

Assunto: Análise de conformidade da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar para o PNAE.

I – INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico tem como finalidade analisar a regularidade, a conformidade e a aderência normativa da **Chamada Pública nº 2025.05.14.01 – SME**, destinada à **aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar** para atendimento ao **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** no município de Caucaia/CE, conforme legislação vigente, incluindo a **Lei nº 11.947/2009, Lei nº 14.133/2021**, Resoluções do FNDE e demais normativos correlatos.

A agricultura familiar tem papel essencial na promoção da alimentação escolar adequada e saudável no Brasil, fornecendo alimentos frescos, diversificados, culturais e nutritivos, ao mesmo tempo em que fortalece a economia local, gera renda, promove inclusão produtiva e estimula práticas sustentáveis de produção. Ao integrar agricultores familiares e suas organizações às compras públicas, o PNAE reforça políticas de segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial e valorização sociocultural.

Diante disso, este parecer técnico se debruça sobre o procedimento licitatório, avaliando publicações, critérios de seleção, habilitação, julgamento dos projetos de venda, análise de amostras, adjudicação, homologação, contratação e eventuais não conformidades, a fim de **atestá-la ou não**, conforme o papel legal do Conselho de Alimentação Escolar.

II – RELATÓRIO

Trata-se de análise técnica da **Chamada Pública nº 2025.05.14.01 – SME**, cujo objeto é a compra de gêneros alimentícios da **agricultura familiar e do empreendedor familiar rural**, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinada aos alunos da rede pública municipal de Caucaia/CE durante o ano letivo de 2025.

A análise do processo envolve:



- Publicações,
- Critérios de seleção,
- Regularidade dos Projetos de Venda,
- Análise das amostras,
- Habilitação das cooperativas,
- Conformidade normativa,
- Identificação de falhas e riscos,
- E, ao final, decisão quanto ao **atesto ou não atesto** da conformidade processual.

III – FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE TÉCNICA

1. Importância da Agricultura Familiar no PNAE

O relatório destaca, em consonância com o PNAE, que a aquisição de alimentos da agricultura familiar promove:

- **Melhor qualidade nutricional**, diversificação e frescor dos alimentos.
- **Desenvolvimento econômico local**, conforme a obrigatoriedade de aplicação de 30% dos recursos em compras diretas (Lei nº 11.947/2009).
- **Valorização social e cultural**, por meio do estímulo a comunidades tradicionais e grupos de mulheres.
- **Sustentabilidade ambiental**, favorecendo circuitos curtos de comercialização.

Esses fundamentos justificam a importância da Chamada Pública para o município.

2. Publicidade e Divulgação da Chamada Pública

Conforme verificado, o Aviso de Chamada Pública foi publicado em:

- Diário Oficial do Município – 22/05/2025
- Diário Oficial do Estado – 22/05/2025
- Diário Oficial da União – 22/05/2025
- Jornal O Povo – 22/05/2025

Conclusão: Atende plenamente aos requisitos de ampla divulgação e transparência.

3. Instrumento Convocatório e Critérios de Seleção

O Edital:



- Atende os parâmetros legais do PNAE, Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE, e Lei nº 14.133/2021;
- Define corretamente os critérios de prioridade: produtores locais, grupos formais, grupos de mulheres, assentamentos, indígenas e quilombolas;
- Está em conformidade com a **Resolução CD/FNDE nº 3/2025**, que estabelece que 50% dos valores contratados devem ser destinados às mulheres da agricultura familiar.

Conclusão: Critérios adequadamente estabelecidos e compatíveis com a legislação vigente.

4. Análise de Mercado e Justificativa do Processo

A SME realizou levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, V, da Lei 14.133/2021, utilizando:

- Pesquisa em processos similares no TCE-CE,
- Cotações e editais de referência,
- Cartografia da merenda escolar.

Contudo, **observou-se ausência de Mapeamento da Produção Agrícola do município**, o que:

- Compromete o planejamento do cardápio;
- Prejudica a identificação da capacidade produtiva dos agricultores;
- Reduz a transparência da vinculação real dos produtos ofertados à produção local.

Trata-se de uma não conformidade relevante, embora não configuradora de vício insanável.

5. Recebimento dos Envelopes, Habilitação e Projetos de Venda

Proponentes participantes:

1. COPASB – 156 associados
2. COOPASJO – 140 associados
3. COOPAFAM – 167 associados
4. COOPAAGRO – 68 associados
5. COOPERCAU – nº de associados não informado no Portal da Transparência

Não Conformidade Identificada:

- **Ausência do Projeto de Venda da COOPERCAU** no Portal da Transparência.
- Falta de informações sobre nº de associados.



Apesar disso, a Comissão:

- Convocou a cooperativa para complementar documentos sanitários;
- Recebeu justificativa sobre mudança de endereço;
- Habilitou a cooperativa **ad referendum**.

Risco apontado: Fragilidade na transparência documental.

6. Análise das Amostras

O Edital previa participação de nutricionistas **e representantes do CAE**. No entanto:

Falha identificada

A análise das amostras foi realizada sem participação do CAE, apesar da previsão expressa.

As análises:

- Ocorreram nos dias 10/07/2025, com publicação em 14/07/2025;
- Todas as amostras foram aprovadas.

Conclusão: A ausência do CAE na análise de amostras representa desconformidade procedimental e fragiliza o controle social, embora não invalide necessariamente a Chamada Pública.

7. Adjudicação, Homologação e Contratos

Valores adjudicados:

1. COOPASJO – R\$ 5.599.998,07
2. COPASB – R\$ 6.157.198,05
3. COOPAAGRO – R\$ 1.536.194,16
4. COOPERCAU – R\$ 1.719.962,51

Regularidade

- Termo de Adjudicação: 17/07/2025
- Contratos formalizados: 21/07/2025
- Não foram identificados vícios legais ou inconsistências contratuais.



IV – Parecer do Relator

Após análise minuciosa da documentação, verifico que:

Aspectos positivos e regulares

- ✓ Publicidade ampla
- ✓ Critérios de seleção adequados
- ✓ Regularidade jurídica dos atos
- ✓ Participação ampliada de cooperativas locais
- ✓ Apoio ao desenvolvimento rural e atendimento ao PNAE
- ✓ Análise de amostras realizada tecnicamente
- ✓ Homologação e contratos regulares

Constatou-se a regularidade e a conformidade da Chamada Pública nos seguintes aspectos:

- **Publicidade e Divulgação:** O Aviso de Chamada Pública foi publicado tempestivamente em diversos meios (Diário Oficial do Município, do Estado, da União e Jornal de Grande Circulação "O Povo"), cumprindo a legislação vigente.
- **Fundamentação Legal:** A aquisição está em consonância com a Lei nº 11.947/2009 (PNAE) e a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), especialmente no que tange à modalidade de **Chamada Pública** e aos limites individuais de venda.
- **Critérios de Prioridade:** O Edital está em total conformidade com os critérios de prioridade do PNAE, privilegiando a **escala local/territorial** e grupos prioritários como **assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas**.
- **Priorização de Gênero:** Os critérios de seleção estão alinhados com a Resolução CD/FNDE nº 3/2025, que regulamenta a Lei nº 14.660/2023, estabelecendo a prioridade para grupos de mulheres e a destinação de **50% do valor da venda à mulher** no contexto familiar.
- **Limites de Venda:** O limite individual de venda por DAP Familiar/ano/entidade executora foi respeitado, fixado em **R\$ 40.000,00**, conforme a legislação do PNAE.
- **Contratação:** A Adjudicação, Homologação e formalização dos contratos com as cooperativas **COOPASJO, COPASB, COOPAAGRO e COOPERCAU** foram realizadas em datas subsequentes e com os valores e contratos regulares.

Não conformidades identificadas

A análise identificou duas **falhas procedimentais** que, embora não anulem o processo licitatório, representam desvios dos normativos e das boas práticas de gestão:



1. **Ausência do CAE na Análise de Amostras:** O Edital previu a participação de representantes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) na comissão de avaliação das amostras, juntamente com nutricionistas. Contudo, a análise foi **realizada sem a participação do conselho**, o que é uma falha grave, pois compromete o papel de **controle social** e fiscalização atribuído ao CAE pelo art. 15 da Lei nº 11.947/2009.
2. **Ausência de Mapeamento da Produção Agrícola:** Não foi apresentado um **Mapeamento da Produção Agrícola** local para subsidiar a Chamada Pública. Este documento é crucial, pois garante que o planejamento do cardápio e a chamada pública sejam feitos com base na **real disponibilidade, sazonalidade e quantidade** dos alimentos produzidos localmente. A ausência indica uma falha na interação entre as Secretarias de Educação e de Agricultura e as entidades representativas dos agricultores familiares.

Conclusão Técnica do Relator

As falhas identificadas **não configuram vícios que impeçam a continuidade ou formalização da Chamada Pública**, pois:

- Não comprometem o objeto;
- Não prejudicam a competitividade;
- Não violam princípios essenciais do PNAE;
- São passíveis de correção administrativa futura.

Entretanto, **denotam fragilidades** que **devem ser corrigidas imediatamente** pela Secretaria de Educação.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, **este relator conclui que a Chamada Pública nº 2025.05.14.01 está, em sua essência, em conformidade com o PNAE e com a legislação aplicável, podendo ser atestada**, ressaltando-se:

- A necessidade de aprimoramento na participação do CAE nas análises;
- O reforço na transparência documental;
- A obrigatoriedade de elaboração do Mapeamento da Produção Agrícola.

V – Voto do Relator

VOTO pelo ATESTO da conformidade da Chamada Pública nº 2025.05.14.01, com RESSALVAS, recomendando:



1. Que a SME assegure a participação do CAE em todas as análises de amostras, conforme previsto no Edital.
2. Que seja inserido no Portal da Transparência o Projeto de Venda e a documentação completa da COOPERCAU.
3. Que a SME, em parceria com a Secretaria de Agricultura, elabore e publique **Mapeamento da Produção Agrícola de Caucaia**, a ser utilizado nas próximas chamadas públicas.
4. Que essas recomendações sejam formalizadas à SME mediante ofício.

VI – ENCAMINHAMENTOS

1. Encaminhar o presente Relatório para deliberação do colegiado do CAE.
2. Após aprovação, expedir **Ofício** à Secretaria Municipal de Educação comunicando o resultado, com as recomendações.
3. Publicar este Relatório e arquivar cópia nos autos da Chamada Pública.

Caucaia/CE, 28 de novembro de 2025.

Leiveson Costa de Moraes
Presidente do CAE – Segmento Educação (T)

Sheyla da Silva de Aguiar
Vice-presidente do CAE - Segmento Mãe de Aluno (T)

Conselheiros (as)

Marly Xavier Barroso
Segmento Poder Executivo (T)

Edilson Azevedo Lima Junior
Segmento Poder Executivo (S)

Maria das Dores Rodrigues dos Santos
Segmento Educação (S)

José Mateus de Araújo Silva
Segmento Educação (S)



Nicolas Ícaro de Souza Bezerra Cavalcante
Segmento Educação (S)

Jenniffer Moreira Mota de Souza
Segmento Mãe de Aluno (S)

Francisca Aline da Silva Paulino
Segmento Mãe de Aluno (S)

Maria da Saúde Miranda Marques
Segmento Mãe de Aluno (S)

Francisco José de Souza Martins
Segmento Sociedade Civil (T)

Emanuelly dos Santos Furtado
Segmento Sociedade Civil (S)

Fabíola Santos Sousa
Segmento Sociedade Civil (T)

Ariza Duarte Siqueira
Segmento Sociedade Civil (S)

